



**ACÓRDÃO Nº1911/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11718/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Saúde - FES
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Francisco Deodato Guimaraes
- 6- **Advogado:** Tula Campos de Oliveira Sampaio - OAB/AM 2973
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1188/2023-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundo Estadual de Saúde - FES. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate da Presidência**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Saúde - FES, exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Francisco Deodato Guimaraes** – Gestor e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.

**10.2. Recomendar** ao Fundo Estadual de Saúde - FES que:

**10.2.1.** Regularize a divergência de valores encontrados quando do confronto das informações existentes no Sistema AFI e AJURI, fazendo-se cumprir o previsto nos artigos do



**ACÓRDÃO Nº1911/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Decreto n. 34.161, 11 de novembro de 2013 c/c o art. 94 da Lei 4.320/64, bem como conciliar mensalmente os saldos existentes no AFI e AJURI;

- 10.2.2.** Registre tempestivo da movimentação de Material de Consumo no Sistema AFI/AJURI-Estoques, utilizando o Evento apropriado para cada transação (AFI), observando-se na integralidade o disposto no Decreto n. 34.163, bem como conciliar e balancear mensalmente, antes do fechamento do sistema contábil, os dados existentes entre o AFI e o AJURI Estoques por contas contábeis;
- 10.2.3.** Regularize as pendências existentes no grupo do Ativo;
- 10.2.4.** Regularize as pendências existentes no grupo do Passivo e Despesas;
- 10.2.5.** Regularize as pendências existentes nas Certidões de Regularidade;
- 10.2.6.** Normatize a identificação visual dos veículos que compõe a frota do Estado;
- 10.2.7.** Adote critérios legais mais rígidos para o reconhecimento de despesas orçamentárias executadas em exercícios anteriores com vistas ao atendimento do disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/64, considerando, sobretudo, o caráter de excepcionalidade na realização da despesa.

**10.3. Dar ciência ao Sr. Francisco Deodato Guimaraes.**

**10.4. Arquivar** os autos nos termos regimentais.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Sr. Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pela Regularidade com Ressalvas e Multa.*

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Setembro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).



**ACÓRDÃO Nº1911/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral